

John Reed acredita em acordo só com o futuro presidente

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil tem chance de tirar proveito do esquema da redução da dívida externa, nos moldes do Plano Brady, mas qualquer entendimento com os bancos credores neste sentido fica agora para o próximo governo. Isto ficou claro ontem nas declarações do presidente do Citicorp e também de sua principal subsidiária, o Citibank, John Reed, após a audiência que manteve no Palácio do Planalto com o presidente José Sarney.

"O Brasil não está fora das possibilidades", disse, falando do Plano Brady "e o próximo presidente vai querer conversar com os bancos a respeito da dívida, a partir de abril de 1990", disse Reed, antecipando, no entanto, a expectativa de que um futuro acordo entre o governo brasileiro e o comitê assessor de bancos credores — grupo que é presidido pelo Citibank — não será igual ao que o México negociou recentemente com o comitê assessor de sua dívida: "Será similar ao mexicano, mas não será igual porque a situação dos dois países é distinta".

O Citibank é o principal banco credor privado do Brasil, com uma posição em torno de US\$ 4 bilhões em sua carteira de empréstimos. Esta é a oitava vez consecutiva, conforme informou o próprio Reed, que vem ao Brasil, sempre no mês de agosto, em roteiro de viagem que inclui também visitas a outros países devedores da América Latina.



John Reed

Coincidentemente, a atmosfera de boatos em torno da queda dos ministros da área econômica repete neste agosto praticamente o mesmo clima de agosto do ano passado, quando Reed teve ocasião de manifestar um apoio explícito à permanência do ministro Mailson da Nóbrega, na pasta da Fazenda, para efetivação do acordo da dívida, celebrado em setembro.

Ontem, o ministro Mailson da Nóbrega, logo após o almoço que teve com o presidente do Citibank, disse que encontrou em Reed uma pessoa disposta ao diálogo, a contribuir "com uma atitude firme de colaborar para ajudar o País a superar seus problemas e, neste sentido, ele é um aliado". Segundo suas palavras, conforme relato da editora Claudia Safatle, deste jornal, Reed, que viaja hoje à noite para o México, deu o testemunho de que volta com a impressão de que o País está em situação melhor do que imagi-

nava: "Há dois meses, havia o temor da hiperinflação, mas nestes três ou quatro dias que passei conversando com clientes do banco em São Paulo senti que não se vê ruptura da economia, apesar do problema da inflação, que existe".

"Reed achou conveniente a necessidade de proteção das reservas internacionais do País e entende que é importante não criar ameaças de crise cambial para manter a tranquilidade com respeito à expectativa dos agentes financeiros", informou o ministro da Fazenda, reafirmando a intenção do governo de assegurar um nível mínimo de divisas em caixa como base a partir da qual serão feitos os pagamentos externos. "Tenho certeza de que com a atitude que mantemos, não hostil e não confrontacionista, o problema de setembro poderá ser contornado", afirmou o ministro Mailson da Nóbrega, referindo-se à concentração de pagamentos de juros aos bancos credores em setembro, calculada em torno de US\$ 2 bilhões.

A palavra de ordem no que diz respeito ao acordo externo neste final de governo é "conversar" na busca de garantir pelo menos o desembolso de novos financiamentos previstos para o ano, em torno de no mínimo US\$ 2,3 bilhões, sem contar aqui com qualquer empréstimo do fundo de reciclagem japoneses que já não estava previsto nas projeções do balanço de pagamentos.

"Estamos olhando para os próximos cinco e seis meses e pensamos que é

muito importante (para o Brasil) manter as relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Banco Mundial e com os bancos credores privados no sentido do equilíbrio que traga maior estabilidade nas relações externas do País", disse Reed. Ele não quis falar explicitamente sobre o pagamento dos juros em setembro mas sabe que este equilíbrio depende fundamentalmente de um novo entendimento entre o País e o FMI e está particularmente empenhado em contribuir para isto, conforme admitiu. Também o ministro da Fazenda ressaltou o papel de Reed como interlocutor junto ao FMI no sentido de viabilizar um acordo com o Brasil, condição para o desembolso de recursos do Banco Mundial e dos próprios bancos credores, que têm em suspenso a liberação da última parcela do projeto de "dinheiro novo", no valor de US\$ 600 milhões. "Ele tem mantido conversas com o FMI, mas não sei que tipo de pressão pode exercer", atestou Nóbrega. A este jornal, Reed afirmou que há possibilidades de o Brasil chegar a um entendimento com o FMI neste semestre.